

Religião como espada do povo: o modo pentecostaharsh de presença pública do pentecostalismo no Brasil e o recrudescimento de sensibilidades beligerantes

Religion as the sword of the people: the “pentecostaharsh” mode of public presence of pentecostalism in Brazil and the upsurge of belligerent sensibilities

Cleonardo Mauricio Junior

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar o modo como os pentecostais exercem sua presença pública no Brasil, reivindicando um papel de protagonismo na condução dos rumos da nação. Essa forma de presença, que chamo de *pentecostaharsh*, caracteriza-se principalmente pelo estabelecimento de confrontos. Procedo, então, a uma recapitulação das controvérsias públicas que opuseram líderes pentecostais (sobretudo o pastor Silas Malafaia, principal opositor, no campo evangélico, dos movimentos sociais) e setores progressistas. O recorte temporal vai desde o ano de 2010 – quando Malafaia participou de um programa de televisão em que debateu um projeto de lei que criminalizaria a homofobia – até 2016 – ano da eleição de Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, para prefeito do Rio de Janeiro. Afirmo ainda que esse modo de presença pública é uma das razões pelas quais testemunhamos o recrudescimento de sensibilidades beligerantes na esfera pública brasileira. Mostro, no entanto, como esse acirramento de afetos públicos não pode ser colocado na conta do pentecostalismo exclusivamente, sendo o próprio enquadramento liberal e a consequente conformação moral da esfera pública variáveis estruturantes dos conflitos devido às contradições inerentes aos seus valores e cânones.

Palavras-chave: Pentecostalismo, Presença pública, *Pentecostaharsh*, Liberalismo

Recebido em 09 de novembro de 2022.
Avaliador A: 12 de dezembro de 2022.
Avaliador B: 09 de janeiro de 2023.
Aceito em 14 de junho de 2023.



ABSTRACT

This article aims to analyze how Pentecostals exercise their public presence in Brazil, claiming a leading role in determining the nation's direction. This form of presence, which I call *Pentecostaharsh*, is mainly characterized by the establishment of confrontations. I then proceed to a recapitulation of public controversies opposing Pentecostal leaders (especially Pastor Silas Malafaia, the main evangelical opponent of social movements) and progressive sectors. The time frame ranges from 2010 – when Malafaia participated in a television program debating a bill that would criminalize homophobia – to 2016 – the year of the election of Marcelo Crivella, a licensed bishop from the Universal Church of the Kingdom of God, as mayor of Rio de Janeiro. I further argue that this mode of public presence is one of the reasons why we witness the resurgence of belligerent sensibilities in the Brazilian public sphere. However, I demonstrate how this intensification of public affections cannot be blamed exclusively on Pentecostalism, since the liberal framework itself and the consequent moral conformation of the public sphere are structural variables of the conflicts related to the contradictions inherent to its values and canons.

Keywords: Pentecostalism, Public presence, *Pentecostaharsh*, Liberalism.

“Nós somos o povo evangélico, cidadãos dessa pátria. Nós vamos influenciar todo esse país.”

Silas Malafaia na Marcha Para Jesus de 2013.

INTRODUÇÃO

As ciências sociais brasileiras, mais especificamente os cientistas sociais da religião, vêm lidando com um problema que desafia as ferramentas de análise estabelecidas para dar conta do papel do religioso na esfera pública¹: a presença do pentecostalismo no cenário sociopolítico brasileiro e sua relação com o conservadorismo, sobretudo o moral. O que torna essa relação um problema é exatamente a virada de uma postura defensiva dos pentecostais, no sentido de guardarem-se a si e aos seus costumes dos avanços das pautas progressistas, movendo-se em

¹ Meu uso da noção de esfera pública parte do conceito habermasiano: “a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público” (HABERMAS, 2014, p. 135). Por “esfera de pessoas privadas”, Habermas refere-se a um lugar de contraposição à esfera do poder público, nesse caso o Estado. A esfera pública, portanto, diz respeito aos indivíduos que não pertencem à máquina estatal e se engajam no debate a respeito do bem comum. Faço questão, no entanto, de afirmar que a esfera pública apresenta uma economia moral (MAURICIO JUNIOR, 2019) formada – segundo Asad (2003), conforme descrevo em detalhes na próxima nota de rodapé – pelas sensibilidades morais dos participantes. Tomar parte no debate público, indo de encontro a essas sensibilidades, gera reações às vezes mais, às vezes menos acentuadas.

direção a uma postura ativa: busca-se agora, como diz a epígrafe deste artigo, “influenciar a nação”.

Essa busca por influência toma a forma de um antagonismo direcionado aos movimentos sociais. Como diz Almeida (2018, p. 183) As pautas giram em torno da regulamentação “dos comportamentos (sexuais e reprodutivos), dos corpos (transgênero e pesquisas genéticas) e dos vínculos primários (casamento e adoção gay)”. O que está em jogo é a disputa pela moralidade pública. Não somente “a proteção da moralidade deles”, os pentecostais, “mas a luta para que ela seja inscrita na ordem legal do país” (ALMEIDA, 2018, p. 184). Estamos diante, portanto, de um “conservadorismo ativo” (ALMEIDA, 2018), ou de um “ativismo conservador religioso” (MACHADO, 2012).

Este artigo tem o objetivo de analisar o modo como os pentecostais exercem sua presença pública no Brasil, reivindicando para o pentecostalismo, através de seus líderes, um papel de protagonismo na condução dos rumos da nação. Essa forma de presença é um dos motivos pelos quais testemunhamos o recrudescimento de sensibilidades beligerantes² na esfera pública brasileira. A sensação de uma quase ubiquidade dos crentes pentecostais é compartilhada com o senso comum, a imprensa e a academia, que constroem a imagem do pentecostalismo como abjeto cultural (HARDING, 1991) e ameaça crescente à democracia.

Ainda que desde a Constituinte de 1989 os integrantes da então recém-formada bancada evangélica venham se mobilizando para barrar legislações a favor da descriminalização do aborto ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo nisso bem-sucedidos (FREESTON, 2001), há um dado novo: o alcance da performance pública dos líderes pentecostais na defesa de suas proposições, as quais se desdobram nas reações de políticos e movimentos progressistas tanto nos plenários quanto nas redes sociais, retroalimentando as polêmicas. Pretendo, portanto, direcionar o foco para as interações públicas dos agentes representativos do pentecostalismo.

Ao contrário, por exemplo, do modo como o pentecostalismo de Gana vai a público por meio de seu entrelaçamento com a cultura, mais especificamente através do cinema, espalhando-se, segundo Birgit Meyer (2004), suavemente pela esfera pública ganense, o pentecostalismo brasileiro apresenta um estilo baseado no peso do confronto, movendo-se na esfera pública brasileira pelo estabelecimento de controvérsias protagonizadas por seus líderes. Enquanto o

2 Por “sensibilidades beligerantes” quero dizer uma forma específica das sensibilidades morais que, para Asad (2003, p. 185), constituem a esfera pública, composta, segundo ele, pelas “sensibilidades tanto dos ouvintes quanto daqueles que falam – suas memórias e aspirações, medos e esperanças”. Trata-se das reações morais aos eventos e debates cujos desdobramentos repercutem no público, envolvendo aquilo que os sujeitos aceitarão ou repudiarão. Ao acrescentar o adjetivo “beligerante”, quero falar das reações e interações nas quais se constrói o interlocutor como o *totalmente outro*: tudo que vem “do outro lado” é de pronto rechaçado; e, mais do que isso, tratado com desconfiança, baseado na troca de acusações, em provocações e pilhérias. Essas sensibilidades impossibilitam o diálogo e o reconhecimento, o que constitui uma sociabilidade baseada na incomensurabilidade dos pontos de vista últimos (CAMPOS, GUSMÃO; MAURICIO JUNIOR, 2015), aumentando a tensão violenta na esfera pública.

estilo do pentecostalismo ganense foi definido por Birgit Meyer (2004) como “*pentecostalite*”, a fim de enfatizar como ele se conduz sutilmente pela esfera pública (“*lite*” significa leve em inglês) em sua convergência com a dimensão do entretenimento, a performance pública dos agentes pentecostais brasileiros não tem nada de sutil. Pelo contrário, na medida em que está fundada no estabelecimento de controvérsias, ela é, de forma geral, provocativa, atijadora, às vezes recheada de pilhéria, engendrando um estilo de atuação pública áspero, acre, enfim, “*harsh*” ao invés de “*lite*”. Inspirado no termo de Meyer (2004), portanto, darei o nome de *pentecostaharsh* ao modo de atuação pública dos pentecostais brasileiros, a fim de enfatizar a estética do confronto presente na atuação dos líderes pentecostais em meio às controvérsias públicas³ (MONTERO, 2015), estabelecidas na busca por um protagonismo político na sociedade brasileira.

O modo de atuação pública que chamo de *pentecostaharsh* possui ainda outra característica que pretendo ressaltar. Côncios da necessidade de estender seu alcance a fim de agregar aos seus embates o suporte de um público mais amplo, a liderança evangélica dominou a linguagem secular e tornou-se especialista em alternar códigos e gramáticas entre seu público de fiéis e o público a ser alcançado. Como dizem Machado e Burity (2014, p. 607), os líderes evangélicos tornaram-se “fluentes no idioma secular”. Na prática, o que se vê nos debates públicos a respeito de temas como a legalização do aborto, a descriminalização das drogas ou a adoção de crianças por casais homossexuais é o esforço para deixar de lado argumentos bíblicos e a busca por referendarem-se em dados científicos, códigos jurídicos, exemplos históricos, análises sociológicas etc. Não estou aqui analisando a veracidade ou a legitimidade desses dados. Quero chamar atenção, na verdade, para o que esse movimento do pentecostalismo, na direção de se adaptar aos valores liberais seculares, pode nos dizer a respeito da maneira como a própria ordem social liberal contribui para o acirramento dos afetos públicos.

Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho é mostrar a produção de controvérsias também como resultado das contradições dos valores liberais que regem a presença pública da religião. O recrudescimento dos afetos beligerantes não pode ser colocado exclusivamente na conta do pentecostalismo. Como diz Mahmood (2019, p. 18), “à medida que a racionalidade secular”, um dos pilares do ordenamento liberal, “passou a definir a lei, o aparato de estado, a produção de conhecimento e as relações econômicas no mundo moderno, ela também

3 Ao usar o termo controvérsias públicas me alinho à metodologia das controvérsias, principalmente a partir de Boltanski e Thevenot (1991), que, como lembra Montero (2015), mesmo fazendo uso do termo “crítica” em vez de “controvérsia”, orientam sua orientação teórico-metodológica para “privilegiar os momentos de confronto como eixo principal da observação” (MONTERO, 2015, p. 16). Assim como Montero, interessa-me mais a forma como os conflitos aqui analisados conformam a esfera pública do que, como o fazem Boltanski e Thevenot, atestar a competência crítica dos atores. O objetivo aqui é “descrever a particular configuração social do secularismo que emerge dessa dinâmica” (MONTERO, 2015, p. 17).

transformou simultaneamente as concepções, ideais, práticas e instituições da vida religiosa”. Em outras palavras, as instituições seculares também produzem religião. Estamos falando, portanto, do secularismo, que, citando mais uma vez Mahmood (2019, p. 18), diz respeito à “rearticulação da religião de uma maneira que é comensurável com sensibilidades e formas de governo modernas”. Esse regime de sensibilidades é reagente a tudo que pode ser considerado uma inadequação das religiões a essa rearticulação (ASAD, 2011; CONNOLLY, 1999). Diante do par religioso-secular, a ideologia secularista (ASAD, 2001) localiza a religião no campo do irracional, do primitivo e do inapropriado para as convenções modernas (ASAD, 2003; HIRCHSKIND, 2017).

Meu propósito, assim, é mostrar como as contradições do enquadramento liberal abrem espaço para conflitos envolvendo instituições religiosas que, mesmo ao (e justamente por) recorrerem aos cânones liberais (como a exclusão da razão privada no debate público, a defesa de minorias, a ênfase na autonomia dos sujeitos de direitos, o *status* epistemológico privilegiado da ciência etc.), entram em rota de colisão com os setores progressistas. Estes têm permanecido encastelados na defesa das antinomias liberais (público/privado; religião/política; razão pública/afetos privados) postas em questão. Se esses conflitos encampados por instituições religiosas forçam os limites da relação entre o religioso e o secular, a religião também produz o secular. Por “enquadramento” me refiro ao que Butler (2015) apresenta sobre as políticas liberais de reconhecimento, as quais atribuem propriedades normativas opondo identidades relacionadas na esfera pública (neste caso, religiosos conservadores e seculares progressistas). Ou seja, ao mesmo tempo que promovem reconhecimento, essas políticas produzem oposições incomunicáveis, gerando um “não-pensamento em nome da normatividade” (BUTLER, 2015).

Assim, farei um mapeamento do recrudescimento das sensibilidades beligerantes na esfera pública brasileira a partir das controvérsias envolvendo instituições e lideranças pentecostais, principalmente o pastor Silas Malafaia, considerado um dos maiores opositores das pautas progressistas no campo evangélico. Escolhi eventos críticos que vi repercutir tanto na mídia em geral⁴ quanto entre meus sujeitos de pesquisa durante o trabalho de campo para minha tese de doutorado (MAURICIO JUNIOR, 2019), realizado mormente em 2016 e 2017, na igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, na Penha, no Rio de Janeiro, a igreja do pastor Silas Malafaia. O recorte temporal dos eventos vai desde 2010 – ano da participação de Malafaia em um programa de televisão com um debate sobre um projeto de lei que criminalizaria a homofobia – até 2016 – ano da eleição de Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal

⁴ Venho acompanhando as notícias de controvérsias envolvendo evangélicos desde 2010, quando estava produzindo meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco. Continuei minha trajetória de pesquisa sobre o pentecostalismo tanto no mestrado quanto no doutorado em Antropologia, defendidos em 2014 e 2019, respectivamente.

do Reino de Deus, para prefeito do Rio de Janeiro

Escrevo no contexto da vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva contra o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro. A radicalização dos apoiadores bolsonaristas – que reivindicam um golpe de Estado em protestos que fecham estradas em vários pontos do país, enquanto, em muitos deles, fazem rezas e orações – coloca uma dificuldade a mais nas análises dos eventos nos quais estamos diretamente implicados. Voltar às controvérsias que se estenderam pela década de 2010 pode ajudar, assim espero, a inquirir as nuances dos eventos em questão com uma distância suficiente para evitar análises contaminadas pelo calor da hora (mesmo que se trate de eventos cujos desdobramentos ainda nos implicam diretamente). Ao mesmo tempo que apresento as controvérsias, analiso-as, enfatizando as contradições da ordem social liberal, que são suas estruturantes. Logo depois, caminho para as considerações finais.

RECAPITULANDO AS CONTROVÉRSIAS

Os conflitos mais ferrenhos entre os evangélicos e o movimento LGBT, pode-se dizer, têm início no ano de 2010, em meio aos debates acerca do Projeto de Lei (PLC) nº 122/2006, apresentado pela então deputada Iara Bernardi (PT/SP) que, entre outras coisas, acrescentaria o crime de homofobia à Lei nº 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (BRASIL, 2006). É o pastor Silas Malafaia, presidente da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Advec) que toma a frente do combate contra o que chama de “ativismo gay”, em nome dos “valores da família”, e se torna uma figura-chave desses embates. Uma declaração em sua conta no *microblog* Twitter resume um dos aspectos mais importantes para a compreensão dos pentecostais como novos atores na esfera pública: “Os evangélicos ficaram alienados da vida social, como se fossem anjos, pensando q [sic] são exclusivamente espirituais. Acordamos, somos cidadãos” (MALAFAIA, 2013). Levantando, então, essa bandeira do crente-cidadão, Malafaia debateu o projeto de lei em programas de televisão de alcance nacional, primeiro com a própria deputada Iara Bernardi, no programa do Ratinho, em fevereiro de 2010. Nesse debate, Malafaia apresenta o que seria seu mote dali em diante: “A PLC 122 criminaliza a opinião”. O pastor referia-se especificamente ao parágrafo 5º do projeto de lei (retirado do texto durante a tramitação do projeto), que condenava “qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica” contra os homossexuais. Malafaia questiona o que seria uma “ação vexatória de ordem filosófica”, reivindicando uma diferença entre “criticar uma conduta e discriminar pessoas”. A lei, para Malafaia, iria contra o artigo 5º da constituição (que versa sobre o direito

de expressar opinião) por proibir a crítica de uma conduta.

As discussões na cena pública entre os pentecostais e os movimentos sociais continuaram em 2011 e aumentaram seu escopo. Desta feita, o alvo da disputa foi a distribuição de um material, o kit anti-homofobia, chamado pelos evangélicos de “*kit gay*”. Elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos em conjunto com entidades não governamentais, o kit seria distribuído pelo Ministério de Educação (MEC) em escolas públicas a fim de promover o respeito à diversidade. Após a ameaça dos deputados da bancada evangélica de convocar o então ministro da Casa Civil Antônio Palocci para esclarecer as denúncias de multiplicação ilícita de seu patrimônio, o governo, logo no início do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, recuou em relação à distribuição do material, prometendo que dali em diante colocaria sob discussão com a sociedade civil qualquer material que versasse sobre “costumes”. O episódio serviu também para aproximar o deputado da extrema-direita Jair Bolsonaro (então no PP/RJ) da bancada evangélica. Responsável pela alcunha de “*kit gay*” colocada sobre o material do MEC, Bolsonaro deu início à oposição à distribuição do kit, conseguindo logo em seguida a adesão dos deputados da bancada evangélica.

De volta às discussões girando em torno do PLC nº 122/2006 (sobre a criminalização da homofobia), elas foram se arrastando até 2013, quando se deu o momento de maior impacto até então envolvendo Malafaia: sua entrevista concedida à apresentadora Marília Gabriela no *De frente com Gabi*. A grande repercussão do programa, quando o pastor desferiu frases como “amo os homossexuais como amo os bandidos” (MALAFAIA, 2015), o elevou à posição de um dos principais adversários dos movimentos sociais pelos direitos sexuais e reprodutivos. Após a participação de Malafaia no programa de Marília Gabriela, houve ainda as polêmicas ligadas a uma entrevista envolvendo Eli Vieira, geneticista brasileiro e estudante de Cambridge. Em um vídeo postado no YouTube, Vieira contesta principalmente a afirmação dada por Malafaia na entrevista à Marília Gabriela, de que não existiria “ordem cromossômica ou hormônio homossexual”; a partir daí, vai refutando um a um os dados apresentados pelo pastor. Malafaia responde imediatamente ao geneticista, subindo em seu canal no YouTube outro vídeo, esclarecendo de onde vinham seus dados. O pastor insiste em afirmar que não existe “gene homossexual” nem “ordem cromossômica homossexual”, nem “hormônio homossexual”, só macho e fêmea. Malafaia encerra o vídeo afirmando que os dados de Vieira não compunham uma verdade científica, apenas uma teoria, visto que ainda carecia de provas (MALAFAIA, 2014).

Além dos programas de televisão, Malafaia foi chamado para debater questões controversas na Assembleia Legislativa Federal. Foi possível, assim, ver um pastor pentecostal discutindo a procedência de leis e projetos de lei nas comissões das casas legislativas federais, situação inimaginável não muito tempo atrás. Em 2012, Malafaia é convidado para debater em

uma sessão da Câmara – mais especificamente na Comissão de Seguridade Social e Família – um projeto de lei que ficou conhecido pelos setores progressistas como “cura gay”.

Não era a estreia de Malafaia em um debate em uma comissão do Congresso Nacional, no entanto. Ainda em 2011, ele participara de uma audiência pública na Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, discutindo o já mencionado PLC nº 122/2006. Agora estava em questão o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, apresentado pelo deputado João Campos (PSDB), que sustava partes da resolução do Conselho Federal de Psicologia e abria a possibilidade de homossexuais solicitarem tratamento psicológico para reverter a própria homossexualidade. Campos, Gusmão e Mauricio Junior (2015) mostram como, nessa ocasião, o duelo entre Malafaia e Jean Wyllys (então deputado federal pelo PSOL/RJ, gay e representante dos movimentos LGBT) é paradigmático da disputa entre os pentecostais e os movimentos sociais pelo conceito de laicidade no Brasil. Os autores destacam uma incomensurabilidade dos pontos de vista últimos representados por esses personagens. Para Malafaia, então, o Estado é laico, mas não é laicista nem ateu. Para Jean Wyllys, por sua vez, esse mesmo Estado laico (a partir de outra noção de laicidade, porém) precisa calar a voz do fundamentalismo (e do seu representante, Malafaia) nas instituições públicas. Se no episódio do debate contra Eli Vieira Malafaia invocou a autoridade da genética, dessa vez recorreu à psicologia (sendo o próprio pastor um psicólogo formado, ainda que sem produção em seu currículo lattes, como o deputado Wyllys fez questão de apontar):

Nós não estamos obrigando ninguém a deixar de ser gay. Pelo amor de Jesus Cristo! Cada um é o que quer ser. Eu estou dizendo que uma pessoa tem o direito [de não querer ser mais]. Agora, escute. [Falando em] Psicologia: Não é o terapeuta que diz qual é a queixa ou onde está a dor do paciente. Nós só podemos nos meter onde somos chamados. Escute esta, gente: Em pleno século XXI, a sexualidade é tabu na psicologia... Agora, Freud, que eu ouvi na universidade, que tanto foi citado aqui, pai da psicanálise, ou será que os senhores esqueceram parte dos livros? Ele faz o estudo de uma mulher homossexual e chega à conclusão que ela tinha uma questão com a figura paterna. Tá nos escritos de Freud! Manda botar na fogueira da inquisição do Conselho Federal de Psicologia. [...] em nenhum lugar do mundo é proibido... quando um homossexual pede ajuda, receber ajuda [...], eu quero saber em que país do mundo tem uma resolução ridícula como essa? Eu quero saber, eu não conheço... O que está em jogo aqui é o direito do paciente decidir. Não tem o conselho de psicologia, não tem nem o psicólogo, é o paciente quem decide: eu quero ser, ou eu não quero ser. Nós não estamos tratando de religião aqui. Nós não estamos tratando de igreja aqui, esse é o joguinho que eles querem. Entrar no jogo da religião. Eu tô aqui como psicólogo. (MALAFAIA *apud* CAMPOS; GUSMÃO; MAURICIO JUNIOR, 2015, p. 173-174).

Não passa despercebida a ironia de ver um pastor condenar o fato de a sexualidade ser um tabu “em pleno século XXI”, apegar-se a Freud para criticar “a fogueira da inquisição” do conselho regulador de uma profissão secular e invocar “o direito do paciente de decidir o que quer ser”.

Mais uma vez sem jogar o “jogo da religião”, agora dando um salto para 2015, Malafaia protagoniza novamente um debate em uma comissão especial da Câmara. Desta vez, apoia o Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6.583/2013), que defendia a restrição da definição de “entidade familiar” a uma união entre um homem e uma mulher (BRESCIANI, 2015). Imagens de Malafaia esbravejando, em contraposição à serenidade do outro debatedor, Toni Reis, então presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), circularam incansavelmente pela internet, contribuindo para enquadrar as atitudes do pastor na categoria de “discurso de ódio”.

Imagem 1. Malafaia e Toni Reis em debate na Câmara dos Deputados



Fonte. MINISTÉRIO... (2015)⁵

Os argumentos desta vez são jurídicos, sem esquecer do sarcasmo na performance do confronto:

[...] eu vou até dar uma sugestão ao ativismo gay porque é bom a gente ler o artigo, não adianta bravata.... Vou ser legal aqui e dar uma sugestão. Escuta esta daqui: “artigo 226, parágrafo terceiro da constituição brasileira... Para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Então, eu vou sugerir ao ativismo gay, que tem representantes, façam uma PEC para retirar da constituição brasileira que a entidade familiar é homem e mulher; enquanto o art. 226 §3, [sic] estiver em voga, podem discutir aqui o que quiser, podem apresentar o que quiser, [não adianta]... E não venham aqui com citações do Supremo Tribunal Federal, porque me parece que Supremo Tribunal Federal não legisla coisa nenhuma, não. (MALAFAIA, 2015).

⁵ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/malafaia-vira-meme-internacional-apos-discussao-com-ativista-gay.html>

Imagem 2. Malafaia e Toni Reis debatendo em sessão da câmara

Fonte: Empresa Brasil de Comunicação (2015)⁶

Malafaia parece não temer a rejeição que lhe advém ao ironizar, dizendo que vai “ser legal” com o movimento LGBT, sugerindo a proposição de uma PEC, sem esquecer, é claro, de resumir a uma bravata toda a discussão da ABGLT naquele momento. Esse tom provocativo, muitas vezes agressivo, facilitou a costura de uma relação direta entre as declarações de Malafaia e a produção de violência na sociabilidade pública. Isso cresceu a partir de sua reação à utilização de imagens de santos católicos em uma campanha que incentivava o uso de preservativos na Parada Gay de São Paulo, em 2011 (PARADA..., 2011). Em seu programa de televisão, Malafaia admoestou a Igreja Católica a “entrar de pau” e “descer o porrete em cima” (MALAFAIA, 2011) do que ele chama de ativistas gays, por conta, segundo ele, do vilipêndio às imagens sagradas dos católicos. Para justificar o acolhimento da ação contra o pastor por conta dessas declarações, o Ministério Público, acionado pela ABGLT, fez uso justamente da categoria já atrelada de modo geral ao discurso de Malafaia a qual me referi anteriormente: “mais do que expressar uma opinião, as palavras do réu em programa veiculado em rede nacional configuram um discurso de ódio” (MINISTÉRIO..., 2015).

Pouco antes do debate entre Reis e Malafaia (no mesmo mês de junho de 2015), outro episódio de intolerância religiosa e mais polêmicas envolvendo evangélicos contribuíram para o acirramento dos ânimos na esfera pública, intensificando o clima de antagonismo entre os setores progressistas em geral e as igrejas pentecostais. Primeiro, o acontecido com a menina

⁶ Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/noticias/politica/2015/06/catolicos-e-evangelicos-divergem-na-camara-sobre-estatuto-da-familia>

Kayllane, apedrejada no Rio de Janeiro por algozes reconhecidos por sua avó como evangélicos (MENINA..., 2015).

Imagem 3. A menina Kayllane Campos, apedrejada quando saía de um culto



Fonte: Dantas (2015)⁷

Uma semana antes, uma performance realizada por Viviane Beleboni, mulher trans que desfilou “crucificada” em um trio elétrico na Parada Gay de São Paulo (G1, 2015), causou revolta nas redes sociais. Considerado uma provocação, o evento gerou respostas de líderes e parlamentares evangélicos como o então senador Magno Malta, um dos integrantes mais polêmicos da bancada evangélica, que, da tribuna do Senado, denunciou o que considerara escárnio e vilipêndio da imagem de Cristo como “disseminação de ódio e intolerância religiosa” (CANAL MUNDO FALIDO, 2015).

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/rj-registra-mil-casos-de-intolerancia-religiosa-em-2-anos-e-meio.html>

Imagem 4. Viviane Beleboni, atriz transexual desfilando “crucificada” na Parada Gay de São Paulo



Fonte: MENINA... (2015)⁸

Como esperado, Malafaia se posicionou a respeito de ambos os eventos em seu canal no YouTube. A respeito da agressão a Kaylanne, ele afirma:

Repudiamos veementemente todo tipo de intolerância e agressão. Isso não faz parte da cultura evangélica... essa gente não nos representa. Se for provado que é um evangélico, contem com nosso apoio pra meter na cadeia. (MALAFAIA, 2015).

Malafaia recorre ao bordão tão utilizado pelos movimentos sociais, o “não me representa” (como veremos mais adiante) para se distanciar dos agressores de Kayllane. No mesmo vídeo, ele acusa a imprensa de agir segundo dois pesos e duas medidas na abordagem dos eventos aqui descritos, uma vez que, em contraste com a massiva veiculação do episódio envolvendo Kaylanne na mídia, ele não teria visto “uma linha na imprensa dizendo que o ativismo gay cometeu a intolerância religiosa”.

A categoria “intolerância”, portanto, muito cara aos ativistas dos direitos humanos, habita o discurso daquele que é considerado um inimigo dos movimentos LGBT e feminista. É da mesma forma que Malafaia dá início à sua intervenção no debate promovido pela Comissão Especial do Estatuto da Família:

Quero deixar o meu protesto contra a intolerância cometida na parada gay contra

⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/08/transsexual-crucificada-na-parada-gay-de-sp-diz-ter-sido-ameacada-de-morte.htm>

símbolos cristãos, que nenhum jornal deste país, que nenhuma emissora deste país, que ninguém disse que houve intolerância. Esqueceram do artigo 208 do Código Penal. Ninguém falou nada... Uma semana depois, um maluco, um perturbado mental atira uma pedra e acerta numa garota do candomblé, e a imprensa por dez dias, dez dias, sem parar e sem cessar, acusaram [*sic*] a comunidade evangélica sem provas, sem saber quem é, e, para azar deles, a mãe da garota é da minha igreja. (MALAFAIA, 2015).

Para intensificar o quadro de acirramento do debate público, uma denúncia é acolhida no Ministério Público baiano contra os Gladiadores do Altar, formado por jovens da Igreja Universal do Reino de Deus (SATRIANO, 2015). Um vídeo em que o grupo simulava uma formação militar, entoando gritos de guerra e dizendo que “queriam o altar”, foi amplamente divulgado nas redes sociais, trazendo consigo um temor de agressões contra os cultos afro-brasileiros. A aceitação da denúncia veio na sequência de um comentário do então deputado federal Jean Wyllys, realizado na sua conta da rede social Instagram, que define o referido grupo como uma milícia instigada pelo fundamentalismo cristão arraigado na Iurd. Esse fundamentalismo, de acordo com Wyllys, traria os mesmos riscos de sua versão islâmica:

O fundamentalismo cristão no Brasil tem ameaçado as liberdades individuais, a diversidade sexual e as manifestações culturais laicas. Agora ele está formando uma milícia que, por enquanto, atende pelo nome de “gladiadores do altar”... Quando atentaremos de verdade para o monstro que emerge da lagoa? Quando começarem a executar os “infieis” e ateus e empurrar os homossexuais de torres altas como vem fazendo o fundamentalismo islâmico no Oriente Médio? Não é porque tem a palavra “cristão” na expressão que o fundamentalismo cristão deixa de ser perigoso e não fará o que já faz o fundamentalismo islâmico. (WILLYS, 2015).

Em seu site oficial, a Iurd divulgou uma nota em resposta às acusações do deputado e de outros veículos de comunicação. Ao dirigir-se diretamente a Jean Wyllys, o texto faz referência a uma de suas postagens anteriores, na qual afirma que o ódio, reunido à burrice motivada, geram o fascismo:

Ao tecer o comentário sobre os Gladiadores, ele contradisse sua própria afirmação, unindo seu ódio à burrice motivada e fez uma avaliação sobre um projeto do qual nada sabe a respeito, e sequer procurou saber antes de publicar tal injúria. (IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS, 2015).

A Iurd, ainda na nota, justifica a presença e a legitimidade dos Gladiadores do Altar por conta do trabalho social voluntário realizado pelos jovens, como a promoção de “campanhas de doação de sangue, de alimentos, roupas e livros para comunidades carentes e para clínicas de recuperação” (IURD, 2015). Além disso, seriam realizadas “ações de conscientização de cidadania”, nas quais os jovens seriam incentivados a obter o título de eleitor, além de oferecer cursos profissionalizantes para encaminhar os jovens ao mercado. A nota encerra enfatizando o

estatuto de metáfora da performance:

Buscar uma motivação violenta ou condenável em jovens uniformizados que marcham e cantam unidos em igrejas é tão absurdo quanto enxergar orientação fascista em instituições como o “Exército da Salvação” e o Movimento Escoteiro, ambas organizações mundiais com base cristã e que, como a Universal, também utilizam a analogia militar de forma positiva e pacífica. (EXÉRCITO..., 2015).

Imagem 5. Charge do cartunista Vitor Teixeira sobre os Gladiadores do Altar



Fonte: Bresciani (2015)⁹

Outro marco do recrudescimento das animosidades entre os movimentos sociais, mormente o movimento LGBT e feminista, e os evangélicos pentecostais é a eleição de Marco Feliciano, pastor evangélico da Assembleia de Deus Catedral do Avivamento¹⁰ e deputado federal do Partido Social Cristão (PSC) pelo estado de São Paulo, para presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), em 2013. A rejeição ao nome de Feliciano pelos setores progressistas para a presidência da CDH originava-se das declarações de cunho racista e homofóbico feitas em sua conta no *microblog* Twitter, anteriores à disputa pelo comando da comissão. Essas declarações, bem como a massiva circulação de um vídeo compartilhado no YouTube no qual Feliciano pede a senha do cartão de crédito de um fiel durante um culto

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/religiao/universal-ameaca-processar-cartunista-por-charge-sobre-os-gladiadores-do-altar-15698178>.

¹⁰ Esse ministério da Assembleia de Deus é presidido pelo próprio Feliciano e não tem relação de subordinação com (ou de ascendência sobre) o ministério de Malafaia.

em sua igreja (VÍDEO..., 2013), transformaram-no em um alvo dos movimentos sociais. Uma campanha baseada no *slogan* “Feliciano não me representa” espalhou-se nacionalmente assim que seu nome foi apontado para assumir a comissão, cuja concessão ao PSC aconteceu quando o partido da situação à época, o Partido dos Trabalhadores (PT), preteriu a presidência da comissão que tradicionalmente exercia ao buscar outras pastas, consideradas mais estratégicas naquele momento. Foi a gestão de Feliciano na CDH a responsável por aprovar, no âmbito da comissão, o já referido projeto da “cura gay” (outrora debatido na Comissão de Seguridade Social e da Família), mesmo sabendo, segundo ele, que essa aprovação não seria confirmada no plenário da Câmara. Seu objetivo, mais uma vez segundo o próprio Feliciano, era marcar uma posição política. Os protestos pela saída do pastor da presidência da CDH multiplicaram-se país a fora e Marco Feliciano ficou conhecido como “o homem que desafia o país” (SEQUEIRA; TORRES, 2013). Com esse título, uma matéria na revista *IstoÉ* serve de parâmetro para mostrar a polarização dos afetos políticos envolvendo pentecostais e setores progressistas:

Em suas pregações, sejam elas no púlpito, sejam no Parlamento ou nas redes sociais, Feliciano tenta impor o atraso a uma sociedade em inequívoca evolução, na qual as vozes da intolerância são sufocadas cada vez mais pelas dos defensores da igualdade entre os homens, independentemente de cor, raça, gênero, credo e opção sexual. Para piorar, o pastor-deputado, sem o menor constrangimento, em nome de ideias ultrapassadas com claro viés autoritário e de conotação desagregadora, profana a memória dos líderes religiosos que ele mesmo escolheu como patronos. (SEQUEIRA; TORRES, 2013).

Imagem 6. Manifestantes protestando contra a eleição do deputado Marcos Feliciano para a CDH



Fonte: Câmara dos Deputados (2013)¹¹

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/397846-manifestantes-pedem-mudanca-no-comando-da-comissao-de-direitos-humanos/>.

A ascensão de Feliciano à presidência da CDH também possui a marca da participação efetiva de Malafaia no cenário político nacional. Naquele que é o maior evento das igrejas evangélicas no país, a Marcha para Jesus, Silas Malafaia engrossou o apoio ao parlamentar pentecostal, tanto no Rio de Janeiro (onde Malafaia assume o papel de líder da marcha) quanto em São Paulo. A marcha de São Paulo, especialmente, transformou-se em um ato de desagravo a Marco Feliciano, com a participação do próprio deputado utilizando uma camisa onde se lia “eu represento vocês”. É significativa para meu argumento a declaração de Malafaia na ocasião da transmissão do evento da Marcha para Jesus em São Paulo pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. Malafaia afirma: “Nós somos o povo evangélico, cidadãos dessa pátria. Nós vamos influenciar todo esse país. O Estado é laico, mas não é ateu”, completou. O objetivo do evento, ainda segundo Malafaia, era “marcar uma posição na qual o evangélico também é cidadão e fazer uma manifestação em prol de um Brasil melhor” (MARCHA..., 2013).

Se a atuação de Marco Feliciano na CDH serviu para consolidar a imagem dos evangélicos como uma ameaça à democracia entre os movimentos sociais e setores progressistas em geral, o papel de protagonista de mais um deputado da bancada evangélica, dessa feita no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, intensificou ainda mais esse quadro. Coube a Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), o então presidente da Câmara, a tarefa de conduzir o processo desde sua polêmica abertura até sua concretização. Logo após vencer a eleição para presidente da Câmara dos Deputados, Cunha já polemizava, ao dar uma declaração afirmando que o tema do aborto só entraria na pauta de votação “por cima de seu cadáver” (ESTADÃO, 2015); o mesmo aconteceu em relação às demandas do movimento LGBT: “tenho que me preocupar com o que a sociedade está pedindo, e não é isso” (IBIDEM). Além disso, Cunha desenterrou projetos de lei controversos, segundo Machado (2012, p. 353), como o da instituição do Dia do Orgulho Hétero (PL nº 1672/2011).

Malafaia também estava próximo a Eduardo Cunha naquele momento. Na Marcha para Jesus do Rio de Janeiro de 2015, o pastor, antes de dar ao político a oportunidade de saudar os fiéis, apresenta-o como o evangélico que chegou mais perto da cadeira da Presidência. Após as denúncias contra o presidente da Câmara – que terminaram por afastá-lo do cargo, causando sua posterior prisão por enriquecimento ilícito –, no entanto, Malafaia prontamente se afastou e passou a apoiar a cassação de seu mandato. Em sua conta no Twitter, declarou que o apoio a Cunha só viera para que o PT fosse derrotado (naquela eleição para presidente da Câmara, Eduardo Cunha venceu Arlindo Chinaglia, candidato apoiado pelo PT) e porque nenhuma denúncia contra o deputado havia sido divulgada até ali.

Aceita a denúncia do *impeachment* por Eduardo Cunha, o processo se desenrola e tem na votação de sua admissibilidade na Câmara dos Deputados um marco na construção da imagem dos evangélicos como uma ameaça real ao Estado laico brasileiro e à democracia. Muitos dos

parlamentares que votaram a favor da cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff, antes de fazê-lo, invocaram o nome de Deus, dedicando também o voto à sua família. A fala do deputado Marco Feliciano é exemplar no que diz respeito a esse expediente, além de revelar as alianças compostas pelos líderes pentecostais que vão além de suas igrejas:

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo *Vem Pra Rua Brasil* — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo tchau para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto sim ao *impeachment*, Sr. Presidente! ('DIA D' ..., 2016).

De tão incômodo para nossas sensibilidades seculares, esse evento tornou-se objeto da análise de três renomados cientistas sociais. Ainda que motivados por diferentes perguntas, e Almeida (2018), Duarte (2017) e Prandi e Carneiro (2017), ao se debruçarem sobre a votação da admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, tentaram lançar luz sobre o que aquelas declarações de voto poderiam dizer sobre nossa cultura e nossa sociedade e sobre a presença do pentecostalismo em ambas. Prandi e Carneiro (2018) quiseram investigar como o fator religioso teria influenciado o que chamaram de justificativa dos votos. Duarte (2017), por sua vez, buscou entender os valores que estavam em jogo naquela dramatização pública. Almeida (2018), por fim, buscou compreender o papel dos evangélicos no que chamou de onda conservadora: o modo como eles constituem e são constituídos ao mesmo tempo por essa “onda”. É interessante notar como Duarte (2017) e Prandi e Carneiro (2017), ao tratarem quantitativamente as referências dos parlamentares em suas declarações de voto, depararam, não sem surpresa, com uma quantidade das citações de cunho religioso menor do que a esperada. Ao compilar os conteúdos das declarações, Duarte (2017, p. 154) afirma que “o primeiro ponto a sublinhar é que o peso das categorias relacionadas com família e religião no conjunto dos discursos não foi tão extraordinário quanto se me havia afigurado no desenrolar da sessão”. No mesmo caminho, ao contabilizar a citação “Deus” nas declarações de voto, Prandi e Carneiro (2017) verificaram que ela ocupa apenas o nono lugar (sendo a base eleitoral, “Brasil”, a família do deputado e a “democracia” as quatro primeiras). “Lugar modesto”, dizem os autores, “se considerarmos as muitas críticas à Câmara, e até as piadas e pilhérias, que o voto ‘em nome do Pai’ mereceu na imprensa” (PRANDI; CARNEIRO, 2017, p. 10).

Com o *impeachment* concretizado, Silas Malafaia foi recebido por Michel Temer logo após seu discurso de posse: “estivemos na posse do novo presidente e fizemos uma oração para Deus abençoar o Brasil e seu governo”, disse Malafaia, mais uma vez em sua conta no Twitter (MALAFAIA FAZ..., 2016). Antes mesmo do impedimento da presidente Dilma ser confirmado, com Temer ainda na vice-Presidência, Malafaia já lhe havia feito uma visita, “desejando-o sabedoria para que dirija a nação para tirá-la do fundo do poço” (URIBE, 2016). Em contrapartida, Temer prometeu aos pastores que analisaria pleitos caros ao segmento: o

combate ao que chamam de “ideologia de gênero” no Ministério da Educação e a defesa da “família tradicional”. Com essa aproximação, a sensação de que a “República Evangélica” (TEMER..., 2016) estava inaugurada se consolida, aguçando o sentido crescente de ameaça à democracia e do conseqüente recrudescimento da intolerância e do colapso do Estado Laico.

A vitória de Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, na campanha para prefeito do Rio de Janeiro em 2016 potencializa o tom alarmante desta sensação de ubiquidade do conservadorismo. A participação de Malafaia na eleição de Crivella também foi essencial.

Imagem 7. Malafaia e Crivella comemorando a eleição do bispo da IURD para prefeito do Rio de Janeiro



Fonte: Conexão Jornalismo (2016)¹²

Diariamente o pastor condenava os candidatos dos partidos de esquerda, adversários de Crivella, afirmando que os cristãos não poderiam votar nos políticos que, após eleitos, fossem de encontro aos princípios dos evangélicos. A vitória de Crivella pareceu consolidar uma percepção compartilhada por parte da população (principalmente aquela que se considera progressista e de esquerda) cuja gênese eu venho tentando apresentar nesta recapitulação, que pode ser resumida da seguinte maneira: os evangélicos representariam o que há de mais conservador na sociedade brasileira e teriam se constituído como uma ameaça à democracia. Mais do que isso: associados a outros componentes do conservadorismo político brasileiro – união personificada

¹² Disponível em: <http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/educacao/globo-pensa-que-o-eleitor-e-bobo,-disse-crivella-54-45519>.

na sigla BBB, que remete à ação conjunta das bancadas da bíblia, do boi e da bala no Congresso Nacional –, os evangélicos golpearam de fato a democracia ao se mostrarem bem-sucedidos em barrar a conquista de direitos de minorias, sobretudo das mulheres e da população LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIDANDO COM AS CONTRADIÇÕES

Recapitulando, o modo *pentecostaharsh* de atuação na esfera pública possui três aspectos: faz parte, primeiro, de uma busca por protagonismo nos rumos da nação pelas lideranças evangélicas; segundo, o exercício desse protagonismo se dá na forma de um antagonismo direcionado aos movimentos sociais ligados à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, o *modus operandi* do estilo *pentecostaharsh* de atuação pública é o estabelecimento de controvérsias; por fim, o domínio da linguagem secular pelos líderes evangélicos e seu enquadramento no discurso liberal nos momentos de debates públicos é um fator importante na construção desse modo de atuação. Argumentos biológicos, sociológicos e jurídicos, bem como a linguagem utilizada pelos próprios movimentos sociais – a gramática dos direitos humanos –, surgem nos debates e são utilizados pelo lado “religioso” da contenda.

Considerando o modo *pentecostaharsh* de ocupação pública, abre-se espaço para perguntarmos, como faz Asad (2003, p. 185): “[...] é possível que os adeptos de uma religião deixem intacta a estrutura discursiva pré-existente ao entrarem na esfera pública?”. Se a esfera pública é constituída pelas “sensibilidades tanto dos ouvintes quanto daqueles que falam – suas memórias e aspirações, medos e esperanças”, então, ainda segundo Asad, a introdução de novos discursos pode resultar na “ruptura de pressupostos estabelecidos que estruturam os debates na esfera pública” (ASAD, 2003, p. 185). Mais do que isso, se quiserem ser ouvidos, os adeptos de determinada religião não têm outra escolha, a não ser romper com esses pressupostos. E então,

[...] longe de ter que provar à autoridade existente que ela não consiste em uma ameaça aos valores nacionais dominantes, uma religião que entra no debate político *em seus próprios termos* pode, ao contrário, ameaçar inevitavelmente a autoridade dos pressupostos existentes. (ASAD, 2003, p. 185, grifo do original).

Assim, continua o autor, cai por terra a exigência liberal de abordar os assuntos da esfera pelas vias da persuasão moral e do debate, em outras palavras, pela autoridade do melhor argumento, nunca através da força. Se “força”, retruca Asad, deixa de significar apenas algum grau de intimidação sutil, mas acrescenta também “o deslocamento do mundo moral no qual as pessoas habitam” (ASAD, 2003, p. 185), parece não haver outra opção quando se encaram embates contra a estrutura discursiva da esfera pública definida pelo ordenamento liberal.

Se acompanharmos Burity (2018) e classificarmos os modos de presença pública católico, afro-brasileiro e evangélico, respectivamente, pela ocupação da sociedade civil, da cultura e da política, confirma-se que a religião evangélica, sobretudo em seu ramo pentecostal, estabeleceu seu modo de se tornar pública trilhando o caminho da disputa pelo poder. Quando essa ocupação na política deixou de se caracterizar por uma atitude exclusivamente reativa e corporativista e estabeleceu uma entrada, para usar a expressão de Asad, “nos seus próprios termos”, a ruptura com a forma como se estruturava a esfera pública se tornou inevitável. Ao pentecostalismo restou, assim, a opção de ser *harsh* quando seus líderes decidiram exercer o protagonismo na política e nas sociedades brasileiras.

Mas de que pressupostos estruturantes da esfera pública estamos falando quando se trata do caso brasileiro? Eduardo Dullo (2015) mostra uma tentativa de se enquadrar ao ordenamento liberal da esfera pública, frustrada em seu desfecho, mas que serviu para revelar o próprio ordenamento. Trata-se da ocasião em que Celso Russomano, então candidato à prefeitura de São Paulo pelo Republicanos (PRB) – o partido que servia de braço político-partidário da Iurd – em 2012, teve sua candidatura prejudicada por uma denúncia da igreja católica acusando o coordenador de sua campanha (um bispo da Iurd) de intolerância. Ao tentar se descolar da Iurd, tanto o próprio Russomano quanto seu coordenador buscaram enfatizar a filiação do candidato ao catolicismo. Ressalta-se, na fala do referido coordenador de campanha, que Russomano “não oferece[ria] nenhum risco, já que é católico” (DULLO, 2015, p. 39). “Por qual razão”, pergunta-se o autor, “apresentar-se como católico não é visto como problemático? Ou como interferência da religião na política?” (DULLO, 2015, p. 39). Ao mesmo tempo, continua Dullo, configura-se um problema quando essa relação entre religião e política se concretiza em um agente vinculado a uma instituição religiosa não católica, principalmente, ainda segundo o autor, se esse agente pertencer a uma igreja pentecostal. O autor explica essa contradição pela “posição bifronte” alcançada pela igreja católica: ao mesmo tempo que seria a referência legítima para circunscrever a definição de religião – e isso tem sido colocado também por autores como Montero (2009) e Giumbelli (2008) –, é “a referência de agente secular capaz de fomentar a democracia” (DULL, 2015, p. 42). Interessante também é o fato de o ordenamento liberal exigir uma separação entre religião e Estado, com os argumentos religiosos restritos à esfera privada, por não alcançarem o *status* de razão pública. No Brasil, porém, como acabamos de ver, a esfera pública é permeada de referências católicas.

Outras contradições vão sendo construídas, na medida em que ignoramos a complexidade dos eventos nos quais os pentecostais estão envolvidos, principalmente quando as reações estão entrincheiradas no ordenamento liberal, em nome do combate a um suposto inimigo comum. Quanto alternam os códigos linguísticos para debaterem da única forma que admitida na esfera pública, de posse de argumentos jurídicos e/ou científicos, os líderes pentecostais que vimos

até aqui são acusados de ocultar sua identidade religiosa, ou, em outras palavras, de lançar mão de processos de ocultamento e revelação seletiva (VITAL; LOPES, 2013). É interessante notar que, de certa forma, os pentecostais estariam levando ao pé da letra o *proviso* rawlsiano e habermasiano, presente também no enquadramento liberal da esfera pública: traduzem argumentos baseados em suas razões privadas para a razão pública, acessível a todos. No entanto, aposta-se no cinismo dos líderes, ignorando – como nos mostra Mariz (2016, p. 1), em seu artigo a respeito de como os líderes religiosos (pentecostais e carismáticos) justificam a ação social de suas igrejas – que cada sujeito social possui “múltiplos discursos, construídos e acionados em contextos diferentes[,] dependendo do tipo de relação com os interlocutores”. Ela reconhece como os líderes religiosos, principalmente os pentecostais, dispõem, mais do que dispunham no passado, de “um discurso universalmente mais aceito para além das fronteiras da crença religiosa” (MARIZ, 2016, p. 9) e coloca essa mudança na conta não só do aprendizado do jogo político de seus líderes, mas também de sua ascensão social (MARIZ, 2016, p. 12).

Assim, ao se contrapor ao PLC nº 122/2006, apontando que ele proibiria a crítica de uma conduta, até mesmo reiterando, em seu texto original, a condenação de qualquer “ação vexatória de ordem filosófica”, Malafaia evoca a liberdade de expressão e de crença para defender o que considera seu direito de “criticar uma opinião”. É interessante notar, então, como – no caso analisado por Sabah Mahmood (2019), de cartuns publicados por uma revista dinamarquesa fazendo humor com a figura de Maomé, gerando vários protestos em países árabes – o que se viu foi também uma defesa do valor liberal da liberdade de expressão (dos cartunistas) contra o tabu religioso referente à proibição da representação iconográfica do profeta Maomé. Sobre o caso de Malafaia, Fry e Carrara (2016) mostraram como as respostas de cunho progressista às declarações do pastor no programa de Marília Gabriela assumiram acriticamente o discurso biologizante de Eli Vieira, defendendo a origem genética da homossexualidade, abrindo mão, com isso, de antigas conquistas das ciências sociais a esse respeito. A ironia, ressaltada por Fry e Carrara (2016), de termos um pastor assumindo o lado do relativismo social e cultural mostra as consequências de nos entrincheirarmos na defesa de pontos que outrora criticamos em nome de um bem supostamente maior.

O caso da mulher trans “crucificada”, a atriz Viviane Beleboni, e o da denúncia do Ministério Público do Estado da Bahia ao grupo Gladiadores do Altar, da Igreja Universal do Reino de Deus, também são esclarecedores quanto às contradições do ordenamento liberal. Acompanhando mais uma vez Mahmood (2019) em sua análise dos cartuns dinamarqueses, houve, na verdade, uma inabilidade de compreender o sentido de injúria expresso por muitos muçulmanos. Não houve esforço para entender como os fiéis se ligam visceralmente à figura de Maomé, tornando uma ofensa a um ícone como uma questão pessoal. Quais são os sentidos de injúria vivenciados pelos crentes pentecostais diante da imagem de Viviane Beleboni desfilando

crucificada? Não se trata de justificar as reações dos crentes e líderes pentecostais, mas de entender como a relação entre significado e significante não é arbitrária como o enquadramento liberal dá a entender (não é Cristo, é apenas uma imagem). A conclusão foi a de que os crentes pentecostais seriam incapazes de entender uma analogia. “Quais são as condições de inteligibilidade que tornam certos argumentos morais legíveis e outros inaudíveis?”, pergunta Mahmood (2019, p. 25), e esse também deveria ser nosso questionamento no que diz respeito a esse evento.

Por outro lado, quando os Gladiadores do Altar foram acusados precipitadamente de formar uma milícia pelo fato de o grupo da Iurd ter realizado uma performance militar, caiu-se na mesma armadilha liberal de considerar irracional a substituição do símbolo pela coisa em si. Ao verem uma representação de um exército, os sujeitos liberais ou não entenderam a analogia, ou julgaram os crentes da Iurd incapazes de fazê-la, restando apenas, da parte destes, uma capacidade cognitiva limitada, capaz apenas de produzir sentidos literais (sendo sempre literal, em vez de uma analogia, a execução pela religião de performances militares, como trataríamos o exército da salvação, com a carta-resposta da IURD questionou?)

Essa marca da incapacidade presente na forma como sujeitos seculares veem fiéis religiosos fez com que os participantes de um grupo focal¹³ que conduzi para minha tese de doutorado no ano de 2016, ao serem perguntados sobre os livros que Malafaia e Toni Reis seguravam durante o debate na comissão da Câmara, afirmassem que o primeiro segurava uma Bíblia (preste atenção na imagem 2 e veja que o livro segurado por Malafaia está desfocado), enquanto Toni Reis, que segurava um livro cujo foco está perfeito, nitidamente está de posse da Constituição. Ambos os debatedores estavam de posse da Constituição brasileira, no entanto.

Outros cânones da ordem social liberal são citados na recapitulação de controvérsias que fiz, como a defesa de minorias e da tolerância e a autonomia e autodeterminação dos sujeitos. Acredito, no entanto, que o meu argumento tenha ficado claro a essa altura: no nosso *métier* de cientistas sociais, sempre expomos as contradições do liberalismo. Quando são nossos adversários que o fazem – neste caso, os pentecostais –, porém, entrincheiramo-nos na defesa do que outrora criticamos.

13 Os dados do grupo focal são utilizados em minha tese de doutorado (MAURICIO JUNIOR, 2019). Nele, exibi, a partir de fotos e vídeos, a maioria das controvérsias recapituladas neste trabalho. Enquanto isso, registrava os debates gerados a respeito desses momentos críticos. O grupo, dividido em dois, era formado por membros da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo e “cidadãos seculares” convidados a participar do debate. É importante mencionar que o termo “grupo focal” é utilizado de uma forma um tanto livre para definir essa ocasião, já que os integrantes do “grupo de debate” que nomeei “cidadãos seculares” se conheciam e faziam parte de meus vínculos de sociabilidade, criados durante o tempo de pesquisa e trabalho de campo no Rio de Janeiro. Meu objetivo principal, no entanto, era registrar as reações a respeito das controvérsias envolvendo as lideranças pentecostais, como a que descrevo aqui, quando Silas Malafaia e Toni Reis, segurando a Constituição brasileira durante debate na Câmara dos Deputados, debatiam sobre a ideia de família.

Diante desse quadro de acirramento dos afetos públicos e da erupção de uma sensibilidade beligerante, não é difícil compreender as dificuldades impostas à análise dos antropólogos, considerando que as minorias sempre foram, na tradição da antropologia brasileira, os sujeitos privilegiados de investigação. Se a relação direta entre evangélicos, conservadorismo (na verdade, reacionarismo), fundamentalismo ou extremismo e intolerância já está posta, entretanto, é preciso (mesmo reconhecendo as dificuldades de fazer investigar um contexto político quando estamos implicados diretamente nos eventos) complexificar as análises.

Se, ao tratarmos das questões levantadas pelos “nativos”, como classicamente se convencionou chamar na antropologia os nossos sujeitos de pesquisa, mostramos como eles desafiam convenções liberais, precisamos continuar a fazê-lo mesmo diante de sujeitos de pesquisa cujas convicções políticas são contrárias às nossas. Sendo assim, apressar-se em defendermos os mesmos pressupostos liberais que criticamos quando temos diante de nós outros sujeitos de pesquisa (que não os conservadores) não é uma forma construtiva de oferecer suporte à democracia. Trata-se apenas de uma reprodução do enquadramento liberal. Precisamos, mais do que tudo, fugir do lugar comum que encerra a pesquisa em categorias de acusação, legitimando-as com a chancela da investigação acadêmica. Isso sob o risco de transferirmos para os nossos trabalhos a polarização dos afetos políticos que presenciamos na corrente vida pública brasileira.

REFERÊNCIAS

1. ‘DIA D’ do impeachment: O que você precisa saber sobre a votação e os próximos passos. **BBC NEWS BRASIL**, 17 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_impeachment_dia_d_ab. Acesso em: 20 out. 2016.
2. ALMEIDA, Ronaldo. Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. *In*: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises Conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 163-193.
3. ASAD, Talal. Reading a modern classic: W. C. Smith’s “The meaning and end of religion.”. **History of Religions**, [s.l.], v. 3, n. 40, p. 205-222, 2001.
4. ASAD, Talal. **Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2003.
5. ASAD, Talal. Reflexões sobre crueldade e tortura. **Revista Pensata**, v. 1, n. 40, p. 164-187, 2011. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/683/37>. Acesso em 17 jun. 2023.
6. BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la**

- grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
7. BRASIL. 2006. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 10 fev. 2019
 8. BRESCIANI, Eduardo. Em debate na Câmara, Malafaia e Toni Reis divergem sobre conceito de família. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-debate-na-camara-malafaia-toni-reis-divergem-sobre-conceito-de-familia-16556652>. Acesso em: 24 nov. 2015.
 9. BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises Conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 15-66.
 10. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
 11. CAMPOS, Roberta; GUSMÃO, Eduardo; MAURICIO JUNIOR, Cleonardo. A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 165-188, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/YG7dZgTGX9vzKrd5KdpsjWc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.
 12. CANAL MUNDO FALIDO. Discurso inflamado do senador Magno Malta contra a parada gay. **Youtube**, 08 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tb5BQcfjgMo>. Acesso em: 24 nov. 2015.
 13. CONNOLLY, William. **Why I am not a secularist**. Minneapolis, Londres: University of Minnesota, 1999.
 14. DANTAS, Carolina. ‘Representei a dor que sentimos’, diz transexual ‘crucificada’ na Parada Gay. **G1**, São Paulo, 08 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.
 15. DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da presidente da república. **Religião & Sociedade**, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 145-166, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap08>. Acesso em: 1 out. 2022.
 16. DULLO, Eduardo. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. In: MONTEIRO, Paula (org.). **Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. 1ed. São Paulo: Campinas: Terceiro nome: Unicamp, 2015. p. 27-47.
 17. EXÉRCITO da Universal vira polêmica no país. **DOL**, 03 mar. 2015. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/noticia-321658-exercito-da-universal-vira-polemica-no-pais.html?d=1>. Acesso em: 24 nov. 2015.

18. FRESTON, Paul. "Brazil". In: FRESTON, Paul. **Evangelicals and politics in Africa, Asia and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 11-58.
19. FRY, Peter; CARRARA, Sérgio. "Se oriente, rapaz!": onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos outros na controvérsia sobre as causas da homossexualidade? **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 59, n. 1, p. 258-280, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2016.116920>. Acesso em: 1 out. 2022.
20. GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?format=pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.
21. HABERMAS, Jürgên. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
22. HARDING, Susan. Representing fundamentalism: the problem of the repugnant cultural other. **Social Research**, Nova York, v. 58, n. 3, p. 373-393, 1991.
23. HIRSCHKIND, Charles. Existe um corpo secular? **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 175-189, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/VysqFRR-QZNtSvnprVxcGmMh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.
24. IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS. **Universal responde ataque de deputado federal**. 2015. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/universal-responde-ataque-de-deputado-federal/>. Acesso em: 24 nov. 2015.
25. LEAL, Luciana Nunes. "Aborto só vai a votação se passar pelo meu cadáver", diz Cunha. **Blog Estadão Rio**, Rio de Janeiro, 09 fev. 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-rio/aborto-so-vai-a-votacao-se-passar-pelo-meu-cadaver-diz-cunha/>. Acesso em: 24 nov. 2015.
26. MACHADO, Maria das Dores; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/9RpfDdGjSSGgtPHjGW97rPQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023
27. MACHADO, Maria das Dores. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 7. p. 25-54, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100003>. Acesso em: 17 jun. 2023.
28. MAHMOOD, Saba. Razão religiosa e afeto secular: uma barreira incomensurável? **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 2, n. 36, p. 17-56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.99587>. Acesso em: 17 jun. 2023.
29. MALAFAIA FAZ oração com Temer após discurso de posse: 'Para Deus abençoar o Brasil'. **Extra**, Rio de Janeiro, 12 maio 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/malafaia-faz-oracao-com-temer-apos-discurso-de-posse-para-deus-abençoar-brasil-19296009.html?ixzz4IPVMg7WC>. Acesso em: 20 out. 2016.
30. MALAFAIA, Silas. É para descer o porrete (nos homossexuais)! **YouTube**. Trecho de pregação de Silas Malafaia em seu programa na TV Bandeirantes, Vitória em Cristo, exibido em 2 de julho de 2011 (2min.49seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkIkqFfLyr0>.

31. MALAFAIA, Silas. De Frente com Gabi - Pr. Silas Malafaia. **Youtube**, 01 abr. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b50Oi8RRYLc>. Acesso em 24 nov. 2015.
32. MALAFAIA, Silas. Discurso do(a) Deputado(a) em 25/06/2015. **Câmara dos Deputados**, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=39619&hrInicio=14:17&dtReuniao=25/06/2015&dtHorarioQuarto=14:17&dtHoraQuarto=14:17&Data=25/06/2015>. Acesso em: 24 nov. 2015.
33. MALAFAIA, Silas. Os evangélicos ficaram alienados da vida social, como se fossem anjos, pensando q **são exclusivamente** espirituais. Acordamos, somos cidadãos. 17 abr. 2013. **Twitter: @PastorMalafaia**. Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/324633560923385856?s=20>. Acesso em: 24 nov. 2015.
34. MALAFAIA, Silas. Resposta do Pastor Silas Malafaia ao Pseudo Doutor em Genética Eli Vieira. **Youtube**, 01 abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TFYa3NJK4Hc>. Acesso em 24 nov. 2015.
35. MARCHA Para Jesus reúne milhões de pessoas em São Paulo no sábado (29). **Jornal Nacional**, São Paulo, 29 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/marcha-para-jesus-reune-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo-no-sabado-29.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.
36. MARIZ, Cecília. Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil. O discurso de seus líderes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 31, n. 92t, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/319204/2016>. Acesso em: 17 jun. 2023.
37. MAURICIO JUNIOR, Cleonardo. **Como os evangélicos discutem política?** A constituição do crente cidadão entre os jovens universitários da igreja de Silas Malafaia. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39075>. Acesso em: 17 jun. 2023.
38. MENINA é apedrejada na saída de culto de candomblé no Rio. **Uol Notícias**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.
39. MEYER, Birgit. “Praise the Lord”: popular cinema and pentecostalite style in Ghana’s new public sphere. **American Ethnologist**, v. 31, n. 1, p. 92-110, 2004.
40. MINISTÉRIO Público Federal processa Silas Malafaia por homofobia. **Pragmatismo Político**, 16 out. 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/ministerio-publico-federal-processa-silas-malafaia-por-homofobia.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.
41. MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista etnográfica**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.
42. MONTERO, Paula. **Religiões e controvérsias públicas**: experiências, práticas sociais e discursos. Campinas: Unicamp, 2015. Coleção Antropologia hoje: terceiro nome.

43. SATRIANO, Nicolas. MPF acolhe denúncia contra Gladiadores, da Igreja Universal. **O Dia**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-26/mpf-acolhe-denuncia-contra-gladiadores-da-igreja-universal.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.
44. SEQUEIRA, Claudio Dantas; TORRES, Isabelle. Marco Feliciano, o homem que desafia o País. **Istoé**, 28 mar. 2013. Disponível em: https://istoe.com.br/286746_MARCO+FELICIANO+O+HOMEM+QUE+DESAFIA+O+PAIS/. Acesso em: 24 nov. 2015.
45. PARADA Gay usa imagens de santos e cria polêmica. **G1**, São Paulo, 27 jun. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/06/parada-gay-usa-imagens-de-santos-e-cria-polemica.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.
46. PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luis. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, p. 31-22, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339603/2018>. Acesso em: 17 jun. 2023.
47. TEMER inaugura a república evangélica. **El País**, 08 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html. Acesso em: 20 out. 2016.
48. URIBE, Gustavo. Temer abre espaço na agenda para receber bênção de Silas Malafaia. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765179-temer-abre-espaco-na-agenda-para-receber-bencao-de-silas-malafaia.shtml>. Acesso em: 20 out. 2016.
49. VÍDEO mostra pastor Marco Feliciano pedindo senha de cartão de fiel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1242189-video-mostra-pastor-marco-feliciano-pedindo-senha-de-cartao-de-fiel.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2015.
50. VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política – uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll; Iser, 2013.
51. WYLLYS, Jean. A foto é chocante (ao menos para mim). O fundamentalismo religioso no Brasil... 01 mar. 2015. **Instagram: jeanwyllys_real**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/zs0XEQckkR/>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Cleonardo Mauricio Junior

Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5267-4395> E-mail: cleonardomj@gmail.com